



Novo arcabouço fiscal é entregue ao Congresso com ajustes

Isenção para encomendas de até US\$ 50 entre pessoas físicas é mantida

Página 3

Quase três semanas após ser apresentado, o novo arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos foi entregue na terça-feira (18) ao Congresso Nacional. A entrega ocorreu em evento fechado no Palácio do Planalto, com participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do ministro da Fazenda, Fernando Haddad; e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

das receitas, limitado a um intervalo entre 0,6% e 2,5% acima da inflação.

A equipe econômica decidiu incluir a medida para evitar que receitas atípicas não corram o risco de se tornarem gastos permanentes. As receitas a serem excluídas do cálculo são as seguintes: privatizações, concessões, permissões, royalties (exploração de recursos naturais) e dividendos das estatais.

Outra mudança diz respeito aos tipos de gastos que podem ficar de fora da nova regra fiscal. Inicialmente, o governo tinha anunciado a intenção de excluir do arcabouço apenas o piso da enfermagem e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). **Página 10**

O projeto de lei complementar terá ajustes, que esclarecem pontos não divulgados no fim de março. A principal mudança diz respeito às arrecadações extraordinárias, que não serão consideradas no cálculo do limite de crescimento real (acima da inflação) de 70%

Sindicato denuncia falta de segurança do monotrilho em São Paulo

Página 2

Cadastro para eventual contratação de professores de Educação Infantil até Ensino Médio está aberto

A Prefeitura de SP, por meio da Secretaria Municipal de Educação, abre cadastro para eventual contratação de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II e Médio. O prazo para participar vai até terça-feira (25). Para se inscrever, o candidato deverá ler atentamente as íntegras dos comunicados e, durante o período de inscrições, acessar o site.

Os candidatos poderão se inscrever somente em uma Diretoria Regional de Educação. Em caso de eventuais problemas de acesso para efetivação da inscrição, encaminhar e-mail para smeduvidascontratacao@sme.prefeitura.sp.gov.br.

Os profissionais contratados vão cumprir a jornada básica do docente que corresponde a 25 horas aulas e cinco horas atividades semanais de trabalho.

A remuneração mensal da função de professor de Educação Infantil e Ensino Fund I é de R\$ 2.498,54 acrescida de R\$ 636,94 a título de abono complementar.

Já o professor de Ensino Fund. II e Médio receberá R\$ 3.018,20 acrescida de R\$ 769,30 a título de Abono Complementar.

As listas de classificação prévia dos inscritos serão divulgadas no dia 5 de maio. As Diretorias Regionais de Educação deverão fixá-las em locais visíveis. Entre os dias 8 e 9 de maio, os candidatos poderão interpor recurso contra pontuação/classificação.

O recurso será analisado com base na documentação apresentada no ato da inscrição. Não haverá a possibilidade de incluir novos documentos. O resultado dos recursos sairá no dia 12 de maio.

Os cadastros e a classificação não asseguram a contratação dos candidatos, que terão prazo máximo de 12 meses para a regência em sala de aula.

A convocação para providências iniciais de contratação ocorrerá por meio de publicação em DOC, pelas respectivas Diretorias Regionais de Educação, respeitadas as necessidades de professores para regência imediata de aulas.

Famílias e redes têm responsabilidade de manter escolas seguras



Foto: Joáilson Alves ABR

Página 10

Universidades federais terão recomposição do orçamento, diz ministro

Página 10

BNDES vai destinar R\$ 2,5 milhões para bioeconomia na Amazônia

Página 3

Edital do Mais Médicos abre 6,2 mil vagas em mais de 2 mil municípios

Página 4

Esporte

Kartismo: AKSP homenageou 90 anos do Jornal O Dia com 100 pilotos em Interlagos

O GP Jornal O Dia 90 anos, que marcou a entrada da segunda metade do primeiro turno do campeonato AKSP, reuniu 100 kartistas com muita festa, comemorações e grandes pegadas na pista do Kartódromo de Interlagos (SP/SP). Os vencedores da quarta etapa da temporada foram Vitor Filipe (Light), Guilherme Manucci (Graduados), Augusto Coutinho (Elite), Luiz Antônio Gouvêa (Sênior), Natália Eufrásio (Mulheres em Ação Graduadas) e Nina Aguiar (Mulheres em Ação Novatas).

Depois de quatro etapas os líderes na tabela de pontuação do AKSP são Thiago Rocha (Light), Alexandre Porche (Graduados), Douglas Pecoraro (Elite), Marcelo Carvalhaes (Sênior), Natália Eufrásio (Mulheres em Ação Graduadas) e Nina Aguiar (Mulheres em Ação Novatas).

Na categoria Light a pole position foi de Fábio Roberto da Silva, mas a inédita vitória veio para Vitor Filipe, que largou em terceiro, seguido de Rafael Vilela e de Silva em terceiro. A volta mais rápida foi de Diego Rocha, sexto colocado. O líder do campeonato Thiago Rocha de Paula ficou com o 10º posto entre os que pontuam.

A Elite teve a vitória mais equilibrada da AKSP. A pole foi do líder Marcelo Carvalhaes, que teve a sua volta mais rápida e terminou em terceiro, com Pissetti em quarto. A líder da categoria feminina Natália Eufrásio foi dominadora na etapa. Ela largou da pole position na Mulheres em Ação, garantiu a volta mais rápida e venceu de ponta a ponta. Em segundo ficou Nina Aguiar, vencedora entre as Novatas e líder desta classe,

seguida de Cah Nunes, pilota consagrada em Subida de Montanha com o seu Fusion.

Ações sociais, prêmios e brindes para pilotos
Os vencedores da AKSP e Mulheres em Ação ganharam treino de kart F-4 em Interlagos com a LR Competições, voucher com desconto em corte masculino na Barbearia e Tattoo Fireworks, e voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. Todas as mulheres participantes também levaram pra casa flores da Floricultura Jardim dos Amores.

Os seis primeiros colocados de cada categoria foram premiados com troféus e kits Giovanna Baby e Phitoervas, e



Largada da categoria Elite

mais equilibrada da AKSP. A pole foi do líder Marcelo Carvalhaes, que teve a sua volta mais rápida e terminou em terceiro, com Pissetti em quarto. A líder da categoria feminina Natália Eufrásio foi dominadora na etapa. Ela largou da pole position na Mulheres em Ação, garantiu a volta mais rápida e venceu de ponta a ponta. Em segundo ficou Nina Aguiar, vencedora entre as Novatas e líder desta classe,

seguida de Cah Nunes, pilota consagrada em Subida de Montanha com o seu Fusion.

Ações sociais, prêmios e brindes para pilotos

Os vencedores da AKSP e Mulheres em Ação ganharam treino de kart F-4 em Interlagos com a LR Competições, voucher com desconto em corte masculino na Barbearia e Tattoo Fireworks, e voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. Todas as mulheres participantes também levaram pra casa flores da Floricultura Jardim dos Amores.

Os seis primeiros colocados de cada categoria foram premiados com troféus e kits Giovanna Baby e Phitoervas, e

o sétimo colocado de cada modalidade recebeu um kit da Cervejaria Paulistânia.

Nesta etapa foram sorteados dois pares de luvas DKR personalizadas, conjuntos com antepastos da DiAndreas, e voucher da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Mary Estética, Rolley Beach, Studio Divando e Studio 16 Hair e Beauty.

No momento de descontração antes do pódio, o último colocado de cada bateria recebeu o troféu Mão de Pau, acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. O Auto Posto Colônia ofereceu um galão de combustível para o Casal Gasolina, que foi para os estreantes formados por pai e filha, Antonio Carlos e Tatiana Caldas. No final da programação, além do tradicional bolo para os aniversariantes do mês, foram comemorados os 90 anos do Jornal O Dia com outro bolo, e também com bolo as Bodas de Cristal para o casal de pilotos Grazi Gonçalves e José de Jesus, que também ganharam um voucher com desconto no restaurante Low BBQ.

A quinta etapa da AKSP será realizada dia 18 de maio, novamente no Kartódromo de Interlagos.

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,97
Venda: 4,97

Turismo
Compra: 5,06
Venda: 5,17

EURO

Compra: 5,45
Venda: 5,45

Sindicato denuncia falta de segurança do monotrilho em SP

Campanha nos ônibus pede respeito ao espaço dos passageiros

A SPTrans lançou, no último domingo (16), a nova edição do Jornal do Ônibus, com uma campanha de conscientização sobre o respeito ao espaço dos passageiros nos assentos dos ônibus municipais. A proposta é que os passageiros fechem as pernas quando estiverem sentados, para não atrapalhar a pessoa ao lado. Com o título, "Respeite o espaço das outras pessoas", o

texto traz os seguintes dizeres: "Não ocupe mais de um assento no ônibus. Respeitar o espaço de quem viaja ao seu lado é um ato de cidadania". A ação estará nos 12,9 mil coletivos que operam na capital até o dia 30 de abril.

A iniciativa está sendo bem recebida. Em menos de dois dias, já foram cerca de 2 milhões de visualizações nas redes sociais da SPTrans.

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo denunciou na terça-feira (18) que a Linha 15 - Prata do Metrô, monotrilho que passa pela zona sul e leste da capital paulista, opera sem a segurança necessária. Segundo a presidente da entidade, Camila Lisboa, não há um sistema para evitar colisões entre trens, como a que aconteceu no dia 8 de março.

O acidente ocorreu entre as estações Sapopemba e Jardim Planalto, na zona leste, por volta das 4h30, durante a movimentação de posicionamento dos trens. Ninguém ficou ferido.

Para Camila, o acidente só ocorreu porque o monotrilho não conta com os mesmos mecanismos de controle automati-

zado como das demais linhas do metrô. "O sistema automático de proteção dos trens permite que tantos os trens quanto os trilhos leiam os trens, saibam quando tem um trem à frente", explicou.

De acordo com a presidente do sindicato, a opção pelo trem em linha elevada não atende às necessidades de transporte da cidade. "Se a gente olhar em várias partes do mundo, é raro existir um sistema como esse [de monotrilho]. Ele não é um veículo para funcionar a longas distâncias, não é um trem para carregar muita gente", disse.

A falta de capacidade do monotrilho tem afetado o transporte de passageiros, segundo Camila. "Na semana passada, um

trem paralisou por conta de excesso de peso".

O sindicato defende que os trens tenham operadores com acesso aos controles, para garantir a segurança de operação do monotrilho. "Com todos os acidentes e problemas que já aconteceram com o monotrilho, não ter um operador de trem para acionar a emergência, para tomar atitude quanto a circunstância, coloca a população em risco", disse Camila.

Metrô

Em nota, o Metrô afirma que tem a segurança como prioridade, e que "cumpre com todos os protocolos internacionais necessários". Ainda de acordo

com o comunicado, a investigação interna da empresa concluiu que a colisão de março aconteceu por "descumprimento de procedimentos operacionais por parte dos funcionários envolvidos".

O Metrô disse ainda que o monotrilho usa um sistema de sinalização e controle "similar ao das linhas 1-Azul e 2-Verde, que identifica todos os trens e só libera a passagem em trechos livres, sendo que o operador monitora o funcionamento da composição e atua em caso de necessidade".

A Alstom, empresa responsável pelo desenvolvimento dos equipamentos usados no monotrilho, disse que não vai se manifestar. (Agência Brasil)

Para evitar processo, Via Mobilidade propõe acordo de R\$ 87 milhões

Dezoito dias após o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) afirmar que agiria para romper o contrato de concessão das linhas 8 e 9 de trens metropolitanos à Via Mobilidade, a empresa apresentou uma proposta de acordo que prevê investimento de R\$ 87 milhões para melhoria nas linhas férreas.

"Uma vez celebrado o acordo, o valor de R\$ 87 milhões será acrescentado aos investimentos previstos no Plano de Ação já apresentado ao governo do estado, em fevereiro deste ano, com o objetivo de acelerar a recuperação da infraestrutura das linhas 8 e 9", divulgou em nota, na segunda-feira, (17), a Via Mobilidade.

No último dia 30, o MP-SP informou que, em razão da série de descarrilamentos e problemas técnicos registrados recentemente nas linhas privatizadas 8 e 9, havia encerrado todas as negociações de acordos com a Via Mobilidade e que tinha decidido "tomar as providências necessárias" para a extinção do contrato de privatização.

"Outra alternativa não resta, portanto, a não ser deixar as negociações com a empresa e, infelizmente, vamos ter que tomar as providências necessárias visando a extinção desse contrato", disse, então, o promotor de Justiça Sílvio Marques. "Nós não podemos ficar esperando que um acidente grave ocorra com

morte de pessoas", acrescentou.

De acordo com a Via Mobilidade, os novos recursos serão aplicados em cinco frentes: melhoria nas estações Antônio João, Barra Funda, Presidente Altino, Primavera Interlagos, e a implantação de tecnologia que permitirá aos usuários, em tempo real, saber os horários de chegada e partida das composições.

"Sugerimos, em nossa proposta de acordo, prazos específicos de entrega para cada um destes cinco projetos e os trabalhos serão iniciados assim que tivermos a concordância do Palácio dos Bandeirantes e do Ministério Público para irmos adiante", disse o presidente da CCR Mobilidade, grupo que en-

globa a Via Mobilidade, Marcio Hannas.

Em nota, o MP-SP afirmou que recebeu hoje a proposta da concessionária "com vistas à resolução dos graves problemas nas Linhas 8 e 9 dos trens metropolitanos e pagamento de indenização".

"A documentação será analisada pelos promotores de Justiça que atuam no caso e pelos engenheiros do Centro de Apoio à Execução (CAEx). Em especial, serão verificadas as propostas sobre as medidas tendentes à eliminação de riscos de acidentes e conforto dos usuários, bem como o valor da indenização", disse em nota o MP. (Agência Brasil)

Prefeitura de São Paulo publica balanço anual e revisão do Programa de Metas 2021-2024

A Prefeitura de São Paulo divulga, na terça-feira (18), o Relatório de Execução Anual do Programa de Metas 2021-2024 referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022. Elaborado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias, vinculada à Secretaria de Governo Municipal, o documento traz os resultados de cada uma das metas, acompanhado de informações qualitativas e regionalização dos resultados e está disponível neste link.

A principal inovação do relatório é o Anexo de Regionalização, que informa o que está sendo feito em cada região da cidade. O recurso aproxima o município do Programa de Metas, uma vez que a identificação e interesse do cidadão se dão, sobretudo, com a vizinhança em que mora, trabalha ou estuda. É possível, por exemplo, obter informações sobre a Meta 34, que trata sobre a pavimentação das vias em regiões como Itaquera, Ipiranga, e Jabaquara etc.

Das 13 metas atingidas no biênio, oito foram cumpridas em 2022:

Meta 4: Reformar e/ou reequipar 187 equipamentos de saúde no município. Resultado: 258.

Meta 8: Implantar seis novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Resultado: 6

Meta 31: Ampliar a capacidade da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para a realização de ações protetivas para 2.500 mulheres vítimas de violência/ano. Resultado: 3.008

Meta 38: Ampliar a iluminação pública utilizando lâmpadas LED em 300 mil pontos. Resultado: 302.372

Meta 57: Realizar 600 mil atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda. Resultado:

1.232.196

Meta 58: Realizar 600 mil atendimentos de apoio ao empreendedor. Resultado: 654.583

Meta 65: Implantar hospital veterinário. Resultado: 1.

Meta 75: Alcançar 7,37 pontos no Índice de Integridade da Administração Direta da PMSP. Resultado: 7,94

Diversas metas tiveram avanços importantes no ano, ainda que não tenham chegado a termo. A Meta 13, por exemplo, que prevê "Beneficiar 27 mil famílias com urbanização em assentamentos precários", foram 16.107 só no primeiro biênio da gestão, ou seja, mais da metade do previsto. No compromisso de "Pavimentar 480 mil m² de vias sem asfalto", Meta 36, a execução já chegou a 69,6%, com mais de 334 mil m² pavimentados.

Revisão das metas

Além dos resultados referentes ao ano passado, a Prefeitura divulgou a revisão do Programa de Metas 2021-2024 - Versão Final-Participativa. Das metas pactuadas em 2021, 29 não sofreram alterações, uma foi excluída, uma bipartida (o compromisso, que abrangia duas dimensões, passa a ser monitorado separadamente) e houve a inclusão de mais nove, totalizando 86 metas. A Alteração Programática está disponível neste link.

As novas metas são:

Meta 78: Implantar 3 Centros Especializados em Reabilitação.

Meta 79: Implantar 15 novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

Meta 80: Realizar reformas, ampliações ou adequações em 1.915 unidades escolares.

Meta 81: Reformar ou adequar 46 CEUs.

Meta 82: Ampliar em 35% o número de estudantes atendidos pelo Programa São Paulo

Integral.

Meta 83: Implantar 200 quilômetros de novas faixas azuis para motociclistas (Programa Faixa Azul).

Meta 84: Implantar 4 unidades da Escola Municipal de Iniciação Artística - EMIA.

Meta 85: Prover a frota da Secretaria Municipal de Segurança Urbana com 50 viaturas com tecnologia de baixo carbono.

Meta 86: Implementar ações para melhoria da qualidade, transparência e eficiência na gestão pública municipal.

Existem diversos tipos de alteração nas demais metas: desde ajustes que não significam mudança de compromisso até diminuições e ampliações de escopo. Como exemplo de alterações pontuais, a redação da Meta 61 passou a abarcar não somente "hortas urbanas", mas também "locais de agricultura", para considerar também ações nas regiões rurais do Município. Há alteração de redação na Meta 42, mantendo o compromisso inicial para implantação de dez territórios educadores. No caso da Meta 14, a redação das iniciativas foi alterada para contemplar a terminologia atualizada, conforme a Lei Municipal de Regularização Fundiária e a Lei de Anistia (17.734/2022 e 17.859/2022, respectivamente).

Há ainda modificação, adição e exclusão de iniciativas e ajustes de indicadores, por exemplo. É preciso pontuar, ainda, que parte dos objetivos encontrou dificuldades, que são tratadas de forma transparente na revisão dos compromissos.

Há casos em que o desenvolvimento de obras de infraestrutura encontrou empecilhos ao longo deste biênio, inviabilizando sua conclusão até o final de 2024. Assim, foram substituídos compromissos de inauguração de obras pelo avanço de

suas execuções, para seguir com os projetos, mas com a previsão de finalização a partir de janeiro de 2025.

Ao propor deixar obras iniciadas, a Prefeitura assegura que os projetos básicos, executivos, os processos licitatórios, procedimentos de desapropriação, mobilização de canteiros de obras e a reserva orçamentária estejam já garantidos. Mesmo que a implantação seja concluída alguns meses após o encerramento de 2024, o benefício à população fica assegurado, o que não ocorreria caso a alteração reduzisse o compromisso para aquilo em que houvesse tempo hábil para a conclusão.

O que é o Programa de Metas

O Programa de Metas da Cidade de São Paulo tem como objetivo organizar, de forma clara e transparente, as ações prioritárias da Prefeitura durante os quatro anos de mandato de cada prefeito(a) eleito(a).

Nele, os objetivos estratégicos da gestão são expressos em um número limitado de metas, indicadores de monitoramento e iniciativas vinculadas a cada setor da Prefeitura e, naquilo que for possível, por região da cidade. O documento é composto pelas diretrizes estabelecidas pelo Plano de Governo eleito, pelos critérios determinados pelo Plano Diretor Estratégico e pelos demais documentos de planejamento público de médio e longo prazo, além do devido alinhamento orçamentário para que as metas nele expressas sejam financeiramente executáveis.

O Programa de Metas 2021-2024 Versão Final-Participativa representa o encontro entre a visão estratégica de cidade da atual gestão e as propostas e contribuições feitas pela sociedade civil durante seu processo de elaboração.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Caso o ex-governador (SP) Rodrigo Garcia - hoje no PSDB - volte pro União (PSL + DEM), o vereador e presidente Milton Leite pode bancá-lo candidato à prefeitura 2024, ou vice do prefeito Ricardo Nunes (MDB) ?

PREFEITURA (São Paulo)

Caso Ricardo Nunes (MDB) realizar mais da metade do maior programa habitacional da história, já estará no 2º turno das eleições 2024. Se tiver um vice, como ele foi do Bruno (PSDB) em 2020, pode ser reeleito

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputado Aurichio (PL) foi eleito ontem presidente da Comissão (Constituição e Justiça). Trata-se da mais importante comissão dos parlamentos. O jovem é filho do José Aurichio, prefeito - 4 vezes - de São Caetano

GOVERNO (São Paulo)

Ex-vice de Doria e ex-governador Rodrigo pode voltar do PSDB pro agora União (PSL + DEM que era PFL), até porque teve nas eleições 2022 um candidato a vice do União. Será candidato à prefeitura paulistana ???

CONGRESSO (Brasil)

Senador e presidente Pacheco (PSD - Minas) conseguiu adiar o início da CPI "das invasões dos 3 Poderes no dia 8 janeiro 2023". Deputado federal (PT - SP) e ministro Padilha pode fazer colegas retirarem suas assinaturas ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Quem tem uma conselheira, dia e noite como anjo da guarda, como tem o Lula (dono do PT), só vai continuar errando discursos e ações - se tiver perdido as maiores inteligências que Deus nos deu : emocional e espiritual

PARTIDOS

Refundador e dono do PSD, o ex-prefeito Gilberto Kassab lançou e bancou Rodrigo Garcia na política (pelo PFL que virou DEM nos anos 1990). Em 2024, Kassab - que emplacou o atual vice-governador nas eleições 2022 - ...

(Brasil)

... apoia a reeleição do Ricardo Nunes (MDB) em 2024. Em tempo : só haveria uma maneira do kassab apoiar Rodrigo. O ex-governador pedir perdão por ter deixado o mestre e se filiasse ao PSD, conhecido como "do Kassab"

HISTÓRIAS

Que bom encontrar advogados e todos os demais profissionais do Direito que se lembram quando esta coluna tinha versão mensal publicada na revista "Justiça & Poder". Foi entre 1999 e 2001. Sou grato a DEUS e ao Cristo

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ser referência na imprensa (Brasil)

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda
Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Isenção para encomendas de até US\$ 50 entre pessoas físicas é mantida

As pessoas físicas poderão continuar a receber encomendas internacionais de baixo valor de outras pessoas físicas sem pagar tributos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira (18) que o governo não pretende mais acabar com a isenção de Imposto de Importação para mercadorias de até US\$ 50 para transações entre pessoas físicas.

Segundo o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu o recuo em reunião no Palácio da Alvorada na segunda-feira (17) à noite. De acordo com Haddad, Lula orientou a equipe econômica a buscar outras soluções para acabar com a sonegação de sites internacionais que burlam regras para evitarem o pagamento do imposto.

O ministro reiterou que a isenção vale apenas para transações entre pessoas físicas, não entre uma empresa e uma pessoa física. Haddad informou que o governo pretende aumentar a fiscalização e taxar empresas, principalmente asiáticas, que fracionam encomendas e falsificam remetentes de pessoas físicas para obterem a isenção.

"O presidente nos pediu ontem para tentar resolver isso do

ponto de vista administrativo. Ou seja, coibir o contrabando. Nós sabemos af que tem uma empresa que pratica essa concorrência desleal, prejudicando todas as demais empresas, tanto do comércio eletrônico quanto das lojas que estão abertas aí, sofrendo a concorrência desleal dessa empresa", declarou o ministro da Fazenda a jornalistas.

De acordo com Haddad, o presidente pediu que a fiscalização da Receita Federal seja reforçada sem a necessidade de mudança na regra atual. "O presidente Lula disse que isso estava gerando confusão porque poderia prejudicar as pessoas que, de boa-fé, recebem encomendas do exterior até esse patamar, que é uma regra antiga."

Recuo

O Ministério da Fazenda reverteu a medida um dia depois de o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, declarar que a equipe econômica não pretendia rever a questão. Em entrevista na segunda-feira, o secretário também havia descartado um meio-termo, como uma alíquota mais baixa que o Imposto de Importação de 60% para a compra em sites estran-

geiros.

Com a reversão, o governo terá de encontrar outra opção para reforçar as receitas necessárias para zerar o déficit primário (resultado negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública) no próximo ano, como previsto no novo arcabouço fiscal, cujo projeto de lei complementar será enviado nesta terça ao Congresso Nacional. Ao todo, o governo precisa de R\$ 155 bilhões em receitas no próximo ano, dos quais de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões viriam do fim da isenção de transações internacionais entre pessoas físicas.

Empresas

O ministro disse que não será fácil reforçar a fiscalização de encomendas internacionais pela Receita Federal, atualmente feita por amostra. "Não vai ser fácil porque essa brecha, ela está sendo usada de má-fé. Todo mundo sabe que é de má-fé. Ontem, recebi telefonema, só para você ter uma ideia, eu falei com o presidente da Confederação Nacional do Comércio, CEOs de redes de varejo, todo mundo muito preocupado com a concorrência desleal", declarou Haddad, no entanto, afirmou

que alguns sites estrangeiros, inclusive asiáticos, estão dispostos a colaborar no esforço. "Ontem nós recebemos representantes da Ali Express, presencialmente, e recebemos uma carta da Shopee, dizendo que concordam com a regulação dos termos do que o Ministério da Fazenda pretende. Porque acham que é uma prática desleal e não querem se confundir com quem está cometendo crime tributário", disse.

A equipe econômica, informou Haddad, verificará experiências de fiscalização aplicadas em outros países, como Estados Unidos, a própria China e também da União Europeia, para combater as irregularidades no comércio eletrônico internacional.

O fim da isenção para encomendas de até US\$ 50 entre pessoas físicas havia sido anunciada na semana passada, em meio a medidas de reforço da fiscalização no comércio eletrônico. Na última quarta-feira (12), o Ministério da Fazenda esclareceu que a medida não previa a criação de impostos, porque o comércio eletrônico internacional já é taxado em 60%. (Agência Brasil)

BNDES vai destinar R\$ 2,5 milhões para bioeconomia na Amazônia

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) irá destinar R\$ 2,5 milhões para apoiar projetos de bioeconomia florestal em cinco municípios com baixos indicadores socioeconômicos no Amazonas: Apuí, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Lábrea e Caruarí. A iniciativa contará ainda com mais R\$ 2,5 milhões aportados por parceiros e será implementada pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), organização não governamental que desenvolve alternativas para a conservação ambiental, o desenvolvimento social e a mitigação das mudanças climáticas.

De acordo com o BNDES, os projetos deverão envolver o manejo comunitário de floresta nativa nas cadeias da madeira, óleos vegetais e castanha-do-Brasil e serão escolhidos através de uma chamada pública. Populações extrativistas, produtores familiares moradores de Unidades de Conservação e beneficiários de programas da reforma agrária poderão participar da seleção por meio de suas cooperativas e organizações sociais.

A produção decorrente destes projetos poderá ser comercializada pela Inatú, uma marca coletiva de produtos amazônicos sustentáveis cria-

da a partir de uma parceria do Idesam com associações e cooperativas. Fundação em 2019, a marca foi viabilizada com recursos do Fundo Amazônia, que é gerido pelo BNDES.

De acordo com o Idesam, a Inatú é administrada pelos próprios produtores e extrativistas, que conseguem ter acesso a processos produtivos mais modernos para beneficiamento dos insumos e atingem o consumidor final por meio de parcerias com pequenas e médias empresas. Entre os produtos já disponíveis estão óleos de andiroba, de café verde e de breu, óleo resina de copaíba e manteigas de cupaçu e de mururu.

As organizações que forem selecionadas na nova chamada receberão assistência técnica. Atividades de capacitação irão beneficiar 150 pessoas.

"Também serão realizadas ações que visam contribuir para a criação de uma cadeia de transformação de resíduos orgânicos dos processos produtivos dos óleos e da castanha em bioplástico", informa o BNDES. Segundo a instituição financeira, o apoio a iniciativas que viabilizam atividades econômicas sustentáveis é o caminho mais inclusivo e efetivo para reduzir a pressão sobre o bioma, contribuindo para manter a floresta em pé. (Agência Brasil)

Temporada de cruzeiros injeta R\$ 3,6 bi na economia brasileira

A temporada de cruzeiros 2022/2023 entra em sua reta final, consolidando-se como a maior dos últimos 10 anos, com a estimativa de 650 mil a 700 mil passageiros embarcados, mais de quatro vezes acima da anterior, que teve menos navios e menor período de navegação.

Segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), a temporada atual, que termina em abril, gerou cerca de 48 mil empregos, trazendo impacto econômico de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões, crescimento de 240% em relação a 2021/2022. O valor engloba tanto os gastos diretos, indiretos e induzidos das companhias marítimas, quanto os gastos de cruzeiristas e tripulantes.

Os navios Costa Firenze, Costa Fortuna, Costa Favolosa, MSC Armonia, MSC Fantasia, MSC Musica, MSC Preziosa, MSC Seashore e MSC Seaview formam o grupo de nove embar-

cações de cabotagem que partiram dos portos de Itajaí (SC), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Santos (SP), com escalas em 17 destinos, incluindo Buenos Aires, Montevidéu e Punta del Este, que voltaram aos roteiros depois de um período de restrições.

De acordo com a Clia Brasil, a temporada 2022/2023 também marcou a volta do Brasil à rota de importantes companhias marítimas de todo o mundo, com 35 navios de longo curso fazendo paradas em 45 destinos localizados em 15 estados, como Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros.

O presidente da Clia Brasil, Marco Ferraz, disse que comemora avanços e conquistas nesta temporada, a maior da década, com as portas abertas para a próxima, que deve ser a maior dos últimos 11 anos.

"Estamos trabalhando muito pelo presente e pelo futuro do

setor, e isso engloba a busca de novos destinos, com alguns já confirmados para 2023/2024, melhorias na infraestrutura, nos custos, no ambiente de negócios do Brasil, além investimentos em sustentabilidade rumo à meta de diminuir as emissões de carbono em 40% até 2030 e zerá-las até 2050, entre outras coisas", afirmou, em nota.

Temporada 2023/2024

Para a temporada 2023/2024, prevista para ter navegação de outubro a maio, o setor tem perspectivas positivas, com a expectativa de ofertar 840 mil leitões, crescimento de 6% em relação à temporada atual, e injetar cerca de R\$ 3,9 bilhões para a economia brasileira.

Segundo a CLIA Brasil, serão nove navios, como em 2022/2023, mas com capacidade maior. Entre as novidades, está a confirmação de Paranaguá (PR) como porto de embarque, além

da possibilidade de estreia de destinos catarinenses, com escalas-teste em Penha e em São Francisco do Sul, além do trabalho de mais de longo prazo para viabilizar outras cidades, como Vitória.

A próxima temporada também terá 35 navios de longo curso, que farão paradas em 47 destinos de 15 estados, como Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

"Nosso foco é que a indústria de cruzeiros continue crescendo, impactando positivamente a economia do país, de toda comunidade envolvida na nossa atividade, toda cadeia de turismo, como agências de viagens, operadoras de turismo, hotéis, gastronomia, atrações, entre outros, além dos destinos que recebem os navios", disse Marco Ferraz. (Agência Brasil)

Governador do PR integra pacto nacional de proteção às escolas

O governador Carlos Massa Ratinho Junior participou na terça-feira (18) de uma reunião com o governo federal, líderes dos demais Poderes da República, governadores e vice-governadores dos outros 25 estados e do Distrito Federal, em Brasília. O encontro foi convocado pela União para o firmamento de um pacto nacional para prevenção e enfrentamento à violência nas instituições de ensino, com estratégias de promoção da paz e combate aos discursos de ódio e extremismo no ambiente escolar.

Nas últimas semanas, a violência nas escolas está no centro do debate devido aos casos recentes ocorridos em São Paulo e Blumenau. Na última quinta-feira (13), Ratinho Junior já havia anunciado uma série de ações preventivas do Governo do Estado em um plano integrado envolvendo as secretarias estaduais da Educação e a Segurança Pública para garantir o clima de normalidade nas escolas paranaenses.

Entre as iniciativas está a atuação direta de mais 5,6 mil policiais militares nas unidades escolares, um aporte adicional de R\$ 30 milhões ao ano para ampliação de 206 para 400 Colégios Cívico-Militares e R\$ 8,4 milhões para a implantação de

200 sistemas de videomonitoramento do programa Olho Vivo em colégios estratégicos.

O Estado também iniciou o treinamento de 2,2 mil servidores da Educação em protocolos de segurança e anunciou a disponibilização do Botão do Pânico para acionamento rápido da Polícia Militar pelos professores. O Estado ainda vai contratar 40 psicólogos para prestar suporte aos 32 Núcleos Regionais de Educação e mais 200 bolsistas da área que vão realizar visitas periódicas às escolas.

"É mais uma iniciativa que coloca todas as autoridades nacionais, de todos os Poderes, no mesmo caminho. A proteção das crianças, jovens, professores e de toda a comunidade escolar é prioridade. Se caminharmos na mesma direção, com protocolos mais bem estabelecidos e mais recursos, vamos garantir que a educação seja a grande indutora da transformação social que o Brasil precisa", afirmou o governador.

Durante o encontro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o apoio de estados e municípios para enfrentamento da crise e encaminha denúncia de potenciais novos casos através das polícias militares e guardas municipais. Ele

também convidou os governadores a integrarem uma espécie de conselho nacional sobre o tema ao lado do Executivo Federal, Legislativo (Congresso) e Judiciário (três instâncias).

"Precisamos envolver todo mundo nesse processo. Ouvimos a experiência dos governadores e dos prefeitos, assim como ações que já são conduzidas pelo Poder Judiciário", declarou o presidente. "Não se trata de uma questão apenas de segurança, mas um problema que está no processo educacional e dentro das próprias famílias, por isso precisamos rever a questão da saúde mental das crianças e adolescentes, da regulamentação das redes digitais e para isso vamos fazer novas reuniões com os demais poderes para avançar em soluções definitivas".

O ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou que o governo federal vai antecipar a transferência de uma parcela de R\$ 1,097 bilhão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que estava programada para setembro e que será repassado ainda neste mês diretamente às escolas.

Também será liberado R\$ 1,8 bilhão de anos anteriores que estão parados nas contas escolares para outras ações e que a partir de agora poderão ser uti-

lizadas na prevenção e enfrentamento à violência, além de mais R\$ 200 milhões para a criação de núcleos psicossociais em âmbito estadual e municipal.

"Os recursos serão usados para fomentar a implantação de ações integradas de proteção do ambiente escolar, com rondas, melhoria da infraestrutura, novos equipamentos, capacitação de servidores e apoio psicossocial", citou o ministro da Educação.

Nesta quarta-feira (19), representantes dos estados participam de uma audiência pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública para esclarecerem dúvidas sobre o edital federal para custeio e incremento da segurança nas unidades escolares, lançado há algumas semanas. O edital soma R\$ 150 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que será disponibilizado aos estados e municípios para o patrulhamento escolar.

Criado como parte do pacto anunciado pelo governador, o Comitê Intersetorial de Prevenção, Monitoramento e Segurança em Escolas do Paraná se reuniu na terça-feira (18) no Palácio Iguazu. No encontro, os integrantes deram sequência às discussões sobre políticas estaduais sobre o tema. (AENPR)

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

A Caixa Econômica Federal pagou na terça-feira (18) a parcela de abril do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3. Essa é a segunda parcela com o adicional de R\$ 150 a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 670,49, o maior da história do programa. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 21,2 milhões de famílias, com um gasto de R\$ 13,9 bilhões.

Desse total, 8,9 milhões de crianças recebem R\$ 1,33 bilhão relativos ao benefício Primeira Infância, como se chama o adicional de R\$ 150. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são 17 mil crianças a mais que em março.

Neste mês houve uma novidade. O governo unificou para o primeiro dia do calendário o pagamento a beneficiários de municípios em situação de emergência ou calamidade reconhecida. Na última sexta-feira (14), foram contempladas todas as famílias atingidas pelas chuvas em São Paulo, no Espírito Santo, Acre e as atingidas pela estiagem no Rio Grande do Sul, além dos povos yanomami.

Com a revisão do cadastro, que eliminou principalmente famílias constituídas de uma única pessoa, 1,42 milhão de beneficiários foram excluídos do Bolsa Família e 113,84 mil famílias foram incluídas em abril, das quais 17 mil com crianças de até 6 anos.

Desde o início do ano, o programa social voltou a se chamar Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permi-

tiu a utilização de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pentefino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a fim de eliminar fraudes. Em junho, começará o pagamento do adicional de R\$ 50 por gestante, por criança de 7 a 12 anos e por adolescente de 12 a 18 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também foi pago na terça às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 3. Com valor de R\$ 110 em abril, o benefício segue o calendário do Bolsa Família.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia 5,69 milhões de famílias neste mês. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg. Apenas neste mês, o governo gastará R\$ 626,2 milhões com o benefício.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos



BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF Nº 52.311.347/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

Table with columns: Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, Demonstrações do resultado, Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto. Includes sub-tables for Circulante, Não circulante, and various financial metrics.

1. Contexto operacional A Baldan Implementos Agrícolas S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Matão/SP, e tem como atividade principal a industrialização e a comercialização de máquinas e implementos agrícolas, nos mercados interno e externo. Z. Base de preparação Declaração de conformidade (em relação às) do Balanço As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 24/02/2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3. Mudanças nas principais políticas contábeis Novas normas entraram em vigor a partir de 1º/01/2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. 4. Principais políticas contábeis A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. a. Base de consolidação (i) Controladas A Companhia consolidou as demonstrações contábeis de todas as entidades sob seu controle, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtive o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) Transações eliminadas na consolidação Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. b. Moeda estrangeira (i) Transações em moeda estrangeira Transações em moeda estrangeira são convertidas para uma moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. Reconhecimento de contrato com cliente A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida de acordo com o CPC 47, quando todas as obrigações de desempenho foram atendidas, portanto, quando a obrigação de performance é cumprida, ou ainda quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. Contas a receber de clientes As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestações de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e sua controlada), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas estimadas para critérios de liquidação duvidosa. A política da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está descrita na nota explicativa n. 8(n) - Redução do valor recuperável (Impairment). Benefícios a empregados Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Receitas financeiras e despesas financeiras As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: juros sobre aplicações financeiras; descontos concedidos e obtidos; variações cambiais ativas e passivas; tarifas bancárias; encargos sobre empréstimos e financiamentos; e encargos e atualizações sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou sobre o custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. Imposto de Renda e Contribuição Social O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Para a controlada Baldan Agroindústria Ltda. os tributos são calculados com base no lucro presumido, às alíquotas estabelecidas, respectivamente, nos termos da legislação vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado e diferido em relação aos relacionados a bens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Estoques Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transporte e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Propriedades para investimento As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguel e ou valorização do capital. As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transação, e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido da venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado foi determinado com base em seu valor justo na data de transição da Companhia para os CPCs. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Depreciação A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Table showing Depreciation rates for different asset types: Edifícios (25 a 60 anos), Máquinas e acessórios (20 a 30 anos), Veículos (10 a 20 anos), etc.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Reclassificação para propriedade para investimento Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução do valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido. Ativos intangíveis e ágio (i) Reconhecimento e mensuração Ágio O ágio resultante na aquisição de empresa incorporada, mensurado pelo valor justo, deduzido dos ativos financeiros afetados são reclassificados e incluído no ativo intangível nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Outros ativos intangíveis Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. Gastos subsequentes Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Instrumentos financeiros (i) Reconhecimento e mensuração inicial Todos os ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, conforme descrito em nota explicativa n. 8 (d). (ii) Classificação e mensuração subsequentemente ao reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados e mensurados no momento de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes ao valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda o requisito para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receita por meio de vendas de ativos financeiros de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores aos motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são

Table showing Saldo em 1º de janeiro de 2021, Lucro líquido do exercício, Realização de reserva de reavaliação, Constituição reserva legal, etc.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de Juros Efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequentemente a ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo de acordo com o caso para cada instrumento. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de Juros Efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor pré-pagado não represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é o valor justo no momento em que o instrumento é adquirido. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de Juros Efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequentemente a ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo de acordo com o caso para cada instrumento. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (ii) Desreconhecimento Ativos financeiros A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e tem a intenção de liquidar o ativo. Quando a Companhia e sua controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) Compensação Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensação com relação aos valores e a intenção de liquidar o ativo. Os ativos reconhecidos no ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Capital social Ações ordinárias As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Redução do valor recuperável (Impairment) (i) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e Ativos de contrato. A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira devida ao momento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo e esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. O valor máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de

Table showing Demonstrations of cash flows - Indirect method, Fluxo de caixa de atividades operacionais, Lucro líquido do exercício, etc.

em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2023. BDO RCOS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 029356/O-1 Marcos Vinícius Galina Colombari Contador CRC 1 SP 26622

emissão de relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sobre informações demonstrações contábeis individuais e consolidadas nos períodos podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas para a mensuração e a razoabilidade das demonstrações contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante

em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 24 de fevereiro de 2023. BDO RCOS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 029356/O-1 Marcos Vinícius Galina Colombari Contador CRC 1 SP 26622



AGRO REUNIDAS S/A					
CNPJ/MF Nº 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114					
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)					
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021		Demonstrações do resultado			
Ativo	2022	2021	2022	2021	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	50.680	9.000			
Aplicações financeiras	200.000				
Total do ativo circulante	250.680	9.000			
Não circulante					
Investimentos em controlada	29.302.179	31.519.972			
Total do ativo não circulante	29.302.179	31.519.972			
Total do ativo	29.552.859	31.528.972			
Passivo e Patrimônio Líquido					
Patrimônio líquido					
Capital social	2.558.460	2.558.460			
Reserva legal	511.692	511.692			
Lucros acumulados	26.482.707	28.458.820			
Total do patrimônio líquido	29.552.859	31.528.972			
Total do passivo e patrimônio líquido	29.552.859	31.528.972			

Notas Explicativas
 O investimento em sociedade controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, pelo qual é atribuído à Agro Reunidas S.A. (investidora) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da Baldan Agropecuária Ltda (investida) está registrada no resultado do exercício como "receita de equivalência patrimonial" e a contrapartida no ajuste do investimento no ativo não circulante.



TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S.A.					
CNPJ/MF Nº 55.539.555/0001-06					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022 E 31/12/2021					
Ativo	2022	2021	2022	2021	2021
Circulante					
Disponível	13,35	35,51			
Caixa e Bancos	13,35	35,51			
Aplicações de Liquidez Imediata	8,96	-			
Aplicação Financeira	8,96	-			
Clientes	627,84	633,85			
Duplicatas a Receber	627,84	633,85			
Adiantamentos	23,32	23,32			
Adiantamentos a Terceiros	23,32	23,32			
Outros Créditos	821,43	35,52			
Impostos a Recupelar	61,77	61,77			
Banco Bradesco S/A	883,21	97,29			
Total do Ativo Circulante	1.856,67	789,97			
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo	58,66	49,48			
Depósitos a Ordem de Consórcio	5,77	5,77			
Depósitos Judiciais	1.607,94	1.607,94			
Depósitos Diferidos	3,75	3,75			
Depósitos Incentivos Fiscais-FINAN	1.676,12	1.666,94			
Investimentos	85,82	-			
Investimentos em Cotas Capital-Cooperativa	0,08	0,08			
Ações de Outras Empresas	85,90	0,08			
Imobilizado	964,24	964,24			
Depreciação Acumulada	(458,75)	(453,36)			
505,48	510,88				
Total do Ativo não Circulante	2.267,51	2.177,90			
Total do Ativo	3.824,18	2.967,88			

Demonstração do Resultado					
2022		2021		2021	
Receita Operacional Bruta	RS	%	RS	%	RS
Receitas de Serviços	18.345,11	122,45	20.391,37	119,20	119,20
Deduções da Receita Bruta	RS	%	RS	%	RS
Impostos sobre vendas	(3.362,82)	(22,45)	(3.285,19)	(19,20)	(19,20)
Receita Operacional Líquida	14.982,28	100,00	17.106,18	100,00	100,00
Custos dos Serviços	(11.245,88)	(75,06)	(13.887,76)	(81,77)	(81,77)
Lucro Bruto	3.736,41	24,94	3.218,42	18,23	18,23
Despesas Operacionais					
Despesas Administrativas	(2.326,39)	(15,53)	(1.799,50)	(10,52)	(10,52)
Despesas Comerciais	(130,87)	(0,87)	(169,40)	(0,99)	(0,99)
Outras Despesas Operacionais	(2.162,82)	(14,44)	(2.035,83)	(11,90)	(11,90)
Resultado Financeiro					
Resultado Financeiro	(883,67)	(5,90)	(886,31)	(5,18)	(5,18)
Resultado Financeiro Líquido	(507,79)	(3,39)	(10,98)	(0,06)	(0,06)
Resultado Antes dos IRPJ e CSLL	(1.391,45)	(9,29)	(897,30)	(5,25)	(5,25)
IRPJ/CSLL - Ano Corrente	-	-	-	-	-
IRPJ/CSLL - Diferido	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	(1.391,45)	(9,29)	(897,30)	(5,25)	(5,25)

Recorreu inclusive substancialmente PIS, COFINS, ICMS corrente e parâmetros; 4) Obrigações Sociais incluem substancialmente INSS, FGTS, corrente e parcelamentos; 5) Impostos e Contribuições incluem substancialmente o Parcelamento do REFIS, Lei 12.996/2014; Outras Obrigações incluem substancialmente parcelamentos transportadores (PFP/JP).



CAF Brasil Indústria e Comércio S.A.					
CNPJ nº 02.430.238/0001-82					
Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Balanço patrimonial	2022	2021	Demonstração do resultado		
Ativo/Circulante	138.651	257.914	2022	2021	2021
Caixa e equivalente de caixa	36.985	14.297			
Contas a receber de clientes	14.911	153.094			
Contas a receber - partes relacionadas	4.957	14.061			
Estoques	40.975	43.499			
Imposto a recuperar	15.948	40.975			
Múto para empresas do grupo	22.817	-			
Outros créditos	1.970	1.699			
Outros créditos - partes relacionadas	89	291			
Não circulante	266.328	157.339			
Contas a receber de clientes	30.238	34.436			
Múto para empresas do grupo	114.887	-			
Premios de seguro a aprioriar	3.275	4.411			
Imposto a recuperar	38.593	41.612			
IR e CS diferidos	10.027	10.027			
Outros créditos	3.718	3.862			
Investimentos	9.513	7.814			
Imobilizado e intangível	50.651	54.614			
Direito de uso	656	563			
Total do ativo	404.979	415.253			
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	93.853	104.299			
Fornecedores	21.786	22.590			
Fornecedores - partes relacionadas	6.026	759			
Obrigações tributárias	7.561	6.319			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.352	2.382			
Adiantamento de clientes	-	2.574			
Adiantamento de partes relacionadas	46.556	34.057			
Outras contas a pagar	499	494			
Outras contas a pagar - parte relacionada	-	5.000			
Provisão para garantia	9.071	30.224			
Não circulante	230.864	240.418			
Outras contas a pagar - não circulante	459	414			
Provisão para garantia - não circulante	9.354	104.299			
Provisão práticos civis, tributários e trabalhistas	22.051	204.004			
Patrimônio líquido	781.262	106.536			
Capital social	718.226	736.826			
Ajustes de avaliação patrimonial	6.625	4.926			
Prejuízos acumulados	(640.189)	(655.216)			
Total do passivo e patrimônio líquido	402.972	415.253			

Nota explicativa às demonstrações financeiras
 1) **Contexto operacional:** A CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo a fabricação, a construção, a transformação, a reparação, a manutenção, a montagem, o projeto, a importação, a aquisição, a venda, a exportação, a exploração ou qualquer outra forma de comercialização de todo e qualquer tipo de trem, locomotora, vagão e veículos ferroviários em geral, bem como de seus componentes, peças, acessórios e equipamentos. 2. **Base de elaboração das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Novas normas e interpretações:** Algumas alterações nos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, descritos acima, tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício corrente. A Administração avaliou tais alterações e concluiu que não afetaram significativamente os saldos registrados nas demonstrações financeiras. - Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios; - Alterações no CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; - Alterações no CPC 27: Ativo Imobilizado; - Alterações no CPC 29: Ativo Biológico; - Produto Agrícola; - Alterações no CPC 37 (R1): Adição inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; - Alterações no CPC 48: Instrumentos Financeiros. 3. **Autorização para emissão das demonstrações financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 03/04/2023.

Diretoria
 Renato de Souza Meirelles - Diretor Presidente
 Alessandro Edo Toso - Diretor Financeiro - CRC nº 15P.247.567/0-5
 Maria Eugênia Marengo Rocha - Controlador

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
 À Administração da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelos controles internos que ela determinou e implementou para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. **Alertas - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.**

São Paulo, 03 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
 CRC-25P034519/0-6
 Guilherme Bento Radominski
 Contador ORP-276610

USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73)
JERSE RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vier ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 506.754, em 09 de setembro de 2022, o requerimento feito por CELSO DE LUCCAS, brasileiro, solteiro, maior, cineasta, RG. nº 4.701.497-0-SSP/SP, CPF/MF. nº 007.767.808-75, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Piracema nº 11, apartamento 21, bairro Urbanizador, objetivando a USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL do apartamento nº 1.206 do EDIFÍCIO ARARAUNAS, situado na Avenida São João nº 1.833, no 11º Subdistrito - Santa Cecília, objeto da transcrição nº 32.841, deste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425 a 434 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz: "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz: "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPÍO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venha de futuro alegar ignorância, expedese o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 19 de abril de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

19/04 e 04/05/2023

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0017982-49.2013.8.26.0009 A MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ELIANE CRISTINA DOS SANTOS FELTRIN, RG.20.476.602, CPF 147.365.338-03, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Colegio de Aghape G S/C Ltda, visando ao recebimento da quantia de R\$ 10.740,92 relativa ao Termo de Acordo e Confissão de Dívida firmado em 23/07/2012, em 54 parcelas, não pagas a partir da 36ª parcela. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para pagar a dívida, atualizada até a data do efetivo pagamento, conforme pedido inicial, no prazo de três dias úteis. Fixados os honorários em 10% sobre o valor do título, que serão reduzidos pela metade, em caso de pagamento. No prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da própria citação, reconhecendo o crédito da executante e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, a executada poderá requerer a prorrogação do juízo para pagar o restante do débito em até 06 (seis) parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposição à executada de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedação à oposição de embargos. Os eventuais embargos à execução poderão ser oferecidos no prazo de quinze dias úteis, que fluirã após o decurso do prazo do presente edital, por intermédio de advogado, na forma dos arts. 915, do citado Código. Não havendo manifestação, o executado será considerado réu, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. J. - 18 e 19/04

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 12ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA - Viaduto Paulina, 80, 9º andar - sala 907 - Centro - CEP 01501-020 - Fone: 3242-2333 Rf. 2037 - São Paulo-SP - E-mail: stj@tjsp.org.br - DESAPROPRIAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, com prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do Proc. nº 1047501-41.2018.8.26.0053. A MMª Juíza de Direito da 12ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública / Acidentes, Estado de São Paulo, Dra. LARISSA KRUGER VATZCO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que a COMPANHIA DEMETROPOLITANA DE SÃO PAULO - METRO move uma Desapropriação conforme Decreto Estadual nº 3.365/519 de 07.12.2018, para aquisição de terrenos e depósitos afetados, foi determinada a expedição de edital com prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Diário Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/51, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de março de 2023.

Companhia Provincia de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547
Edital de Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificatos de Recebíveis Imobiliários da 5ª Série da 3ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 5ª Série da 3ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e representantes da Emissora, em consonância ao disposto na cláusula 11.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 04 de junho de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunir em assembleia especial de investidores da Emissão ("Assembleia Especial") a ser realizada em segunda convocação, aos 24 de abril de 2023, às 10h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60") e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; Ficam os Titulares dos CRI da Emissão, cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos de Operação ("Informações Gerais") do material de apoio necessário para embasar as deliberações dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissão na rede mundial de computadores - Internet (<http://provinciasecuritizadora.com.br>). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleia@provinciasecuritizadora.com.br e



VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam os senhores acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 28/04/2023, às 10h em caráter presencial, na sede social da Companhia, situada na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Bairro, CEP 03019-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) apreciar o relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (II) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023; (III) consolidar o Estatuto Social; e (IV) outros assuntos de interesse dos presentes.
São Paulo/SP, 14 de abril de 2023.

Alberto Alfredo Arellano Garcia - Presidente do Conselho de Administração

Agussanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Agussanta Participações S.A. ("Companhia"), a serem realizadas, em primeira convocação, cumulativamente, no dia 25 de abril de 2023, às 12:00 horas, exclusivamente presencial, na sede da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: (I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (III) Fixar em 05 (cinco) o número de membros para o Conselho de Administração da Companhia; (IV) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo os membros que ocuparão os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (V) Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Consultivo para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023. Em matéria Extraordinária: (I) Aumentar o capital social em R\$ 825.225.070,10 (oitocentos e vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e cinco mil e setenta reais e dez centavos), sem emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo que a Companhia possui na conta de reserva de lucros, com a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (II) Alterar o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia para fixar o número máximo e mínimo de membros no conselho de administração da Companhia, para que seja composto por no máximo 15 membros e no mínimo 5 (cinco) membros; (III) Alterar o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia para definir a parcela do lucro líquido que poderá ser destinada para Reserva Estatutária; e (IV) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. São Paulo (SP), 14 de abril de 2023. Rubens Otávio Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração.

Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária
Ficam os senhores acionistas da Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10h30 em primeira convocação e às 11h00 em segunda convocação, exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação e a votação à distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 11.202/2022, a nos termos da Instrução Normativa nº 81/2020 do DREI, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (II) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, proposta pela Diretoria e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2023; e (III) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria para o exercício de 2023. Nos termos do artigo 133, § 3º da Lei 6.404/76, os documentos a que se refere esse artigo foram publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 30/03/2023, nas páginas 26 a 29. Entre esses documentos foi encaminhada aos Acionistas por e-mail em 30/03/2023, com o aviso de que, nos referidos documentos se encontravam à disposição dos Acionistas. **INSTRUÇÕES GERAIS:** a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos Acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano com reconhecimento da firma do outorgante, mediante envio de e-mail ao endereço secretaria@construcap.com.br; b) A Companhia informa que, nos termos da IN DREI nº 81/2020, e a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos acionistas o link de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso à assembleia eletrônica no dia 27 de abril de 2023. A participação da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia a proposta de aumento de capital social da Companhia, o sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da Assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 17 de abril de 2023. Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.060.659

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 09 de Março de 2023
Data, Hora e Local. No dia 09 de março de 2023, às 14:30 horas, na sede social da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), situada na Rua Coronel Luiz Tondino de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, única e exclusivamente de forma digital, por meio de videoconferência. **Convocação.** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art. 14, §3º do Estatuto Social da Companhia. **Presenças.** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia. **Participantes (Convitados):** Sr. Itaci Alves Nascimento (Diretor de Controladoria, Financeiro e de Relações com os Investidores), Sr. Vitor Aguiar Feres (Gerente de Planejamento Financeiro), Sr. Sergio Ricardo Feres (Diretor de Administração), Sr. Felipe Machado Oliveira (Diretor de Operações), Sr. Guilherme Henrique Fluzza (auditores independentes Ernst & Young "EY"). **Composição da Mesa.** Presidência por: Paula Melo Suzana Gomes, e secretariado por: Juliana Olívia F. L. S. Martins. **Ordem do Dia.** Examinar, discutir e deliberar sobre: (I) os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: (a) relatório da administração da Companhia; (b) demonstrações financeiras da Companhia, bem como suas notas explicativas; (c) parecer dos auditores independentes, bem como sua submissão ao exame, deliberação e votação da AGOE; (II) a proposta da administração sobre destinação do resultado da Companhia, inclusive a distribuição de reservas, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como sua submissão ao exame, deliberação e votação da AGOE, incluindo a distribuição de juros sobre capital próprio que será objeto de aprovação assemblear; (III) a proposta de remuneração da administração da Companhia; (IV) a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2023 ("AGE"), para deliberar acerca da (a) distribuição proporcional de Juros Sobre Capital Próprio - JCP e (b) a alteração e consolidação do Estatuto Social, podendo, de acordo com a conveniência da Companhia, ser realizada conjuntamente com a AGOE; e (V) a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2023 ("AGOE"). **Deliberações.** Dando início aos trabalhos e após o Conselho Fiscal examinar previamente as matérias constantes da Ordem do Dia acima e opinar, por unanimidade e sem ressalvas, favorável à aprovação, nos termos da Ata da Reunião do Conselho Fiscal de 09 de março de 2023. Os membros do Conselho de Administração passaram a examinar e discutir a Ordem do Dia acima e deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, a favor: (I) a manifestação favorável e recomendaram a aprovação pela AGOE dos seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022: (a) relatório da administração da Companhia; (b) demonstrações financeiras da Companhia, bem como suas notas explicativas; e (c) parecer dos auditores independentes, bem como sua submissão ao exame, deliberação e votação da AGOE; (II) a proposta da administração sobre destinação do resultado da Companhia, inclusive a distribuição de reservas, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como sua submissão ao exame, deliberação e votação da AGOE, incluindo a distribuição de juros sobre capital próprio que será objeto de aprovação assemblear; (III) a proposta de remuneração da administração da Companhia; (IV) a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2023 ("AGE"), para deliberar acerca da (a) distribuição proporcional de Juros Sobre Capital Próprio - JCP, e (b) a alteração e consolidação do Estatuto Social, podendo, de acordo com a conveniência da Companhia, ser realizada conjuntamente com a AGOE em 28 de abril de 2023. **(V)** a convocação dos acionistas da Companhia para se reunirem em AGOE até o dia 28 de abril de 2023. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata, que lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes do Conselho de Administração. São Paulo, 09 de março de 2023. **Mesa:** Paula Melo Suzana Gomes - Presidente; Juliana Olívia F. L. S. Martins - Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Paula Melo Suzana Gomes; Miguel Giudicissi Filho; Dorothea Fonseca Farquhar Verneck; José Luiz Junqueira Simões; Ursula Cristina Favale Mendes; Roberto Corneite Marques; Victor Mezel. **JUCESP** nº 122.329/23-5 em 28/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Núcleo Engenharia Consultiva S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54 - NIRE 35.300.389.212

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2023

Data e Horário: Realizada aos dez dias do mês de abril de 2023, às 14h00min. **Local:** Sede Social da Companhia localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1357, 8º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01419-908. **Mesa:** Foi aclamado para presidir os trabalhos o Sr. Ricardo Gomes, que convidou o Sr. Roberto Carlos Escobar para secretário e, ficando assim constituída a mesa. **Convocação:** Dispensada comprovação de convocação prévia pela imprensa, bem como a publicação dos avisos que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro 1976, de acordo com o facultado respectivamente pelo parágrafo 4º do artigo 124 e pelo parágrafo 4º do artigo 133 da referida Lei. **Presença:** Acionista representando 100% (cem por cento) do Capital Social. **Ordem do Dia:** I - Reeleger membros da diretoria; **Deliberações:** Iniciados os trabalhos, fica aprovada pela Acionista e deliberado pelos demais presentes, na melhor forma do Direito, o que segue: I - Reeleger os atuais membros da diretoria; Reeleger o membro da atual diretoria o Sr. Ricardo Gomes para ocupar o cargo de Diretor-Presidente até o dia 30/04/2025, o qual, estando presente, aceitou a respectiva nomeação, tomando posse imediata e declarando sob as penas da lei que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, crime de improbidade, ou crime de improbidade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) conhece e entende os normativos anticorrupção vigentes no país, em especial a Lei nº 12.486/13 e suas atualizações e regulamentações, com compromisso de abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições dessas regras; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa interesses conflitantes com os da Companhia, na forma do art. 147 da Lei nº 6.404/76, não estando incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que o impeça de exercer atividades mercantis, conforme termos de posse em livro próprio da Companhia. Reeleger o membro da atual diretoria o Sr. Roberto Carlos Escobar para ocupar o cargo de Diretor Financeiro até o dia 30/04/2025, o qual, estando presente, aceitou a respectiva nomeação e, estando de posse, declarou sob as penas da lei que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, crime de improbidade, ou crime de improbidade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) conhece e entende os normativos anticorrupção vigentes no país, em especial a Lei nº 12.486/13 e suas atualizações e regulamentações, com compromisso de abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições dessas regras; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa interesses conflitantes com os da Companhia, na forma do art. 147 da Lei nº 6.404/76, não estando incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que o impeça de exercer atividades mercantis, conforme termos de posse em livro próprio da Companhia. Reeleger o membro da atual diretoria o Sr. Bernardo Silva dos Santos, para ocupar o cargo de Gerente Administrativo, ficando assim constituída a mesa. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, sendo que o Acionista agradeceu a participação dos diretores até o momento e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada foi assinada por todos os presentes em livro próprio da Companhia, dispensada a transcrição no corpo da mesma para efeito de publicação: aa) Ricardo Gomes - Presidente; Roberto Carlos Escobar - Secretário da Mesa; Mariano Ferraz Gomes - Gerente Administrativo; b) Bernardo Silva dos Santos - Gerente Administrativo; c) Ricardo Gomes - Diretor-Presidente eleito e nomeado da Companhia. **JUCESP** - Certificado que foi registrado sob nº 145.954/23-7 em 13/04/2023. (i) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-99 - NIRE 35.300.003.478-3

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL CONVOCACAO
Ficam convocados os acionistas da Banco Paulista S.A. para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 2º andar, no dia 27/04/2023 às 11h, em primeira convocação, e às 11:30h em segunda convocação, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: (I) aprovação do Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os princípios administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (II) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022 de Parecer emitido pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração em 27/03/2023, com o valor de R\$ 4.900.000 (quatro milhões e novecentos mil reais), deliberados pela diretoria e a transferência do saldo do lucro remanescente para rubrica de reservas estatutárias; (III) eleição dos membros da Diretoria; (IV) autorização para o Diretor de Sociedade praticar de todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; e (V) eleição dos Membros do Conselho de Remuneração. **Marco de Toledo Guimarães** - Diretor Presidente.

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 - NIRE 35.300.057.007

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Convocamos os acionistas para A.G.O. em 25/04/2023, 9:30 hs, na sede social, para deliberarem: a) Demonstrações Financeiras de 2022; b) Destinação do Lucro do Exercício; c) Eleição Diretoria e honorários. São Paulo, 14 de abril de 2023. **A. Diretoria.** (17, 18 e 19/04/2023)

OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A

CNPJ 42.133.195/0001-98

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convoco os Srs. acionistas a se reunirem em AGOE, a realizar-se em sua sede, à Av. das Nações Unidas, nº 14171, Conj. 1501 Torre B Marble, Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo/SP - CEP: 04.794-000, no dia 30/04/2023, em 1ª convocação às 9 horas e em 2ª convocação às 10 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia AGO: 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2022. AGE: 1) Alteração e Consolidação do Estatuto Social; 2) Outros Assuntos de interesse da companhia. **Aviso: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da companhia, os documentos que se referem ao art. 133 da Lei 6.404/76.** São Paulo/SP, 29/03/2023. Luiz Henrique Perez - Diretor. (18, 19, 20)

NOROMIX CONCRETO S/A

CNPJ 10.558.035/0001-38

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convoco os Srs. acionistas a se reunirem em AGOE, a realizar-se em sua sede, à Rua Joaquim Floriano, nº 888, Conjunto 605, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo - Capital, CEP 04.534-003, no dia 29/04/2023, em 1ª convocação às 10 horas e em 2ª convocação às 10 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia AGO: 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2022. AGE: 1) Alteração e Consolidação do Estatuto Social; 2) Outros Assuntos de interesse da companhia. **Aviso: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da companhia, os documentos que se referem ao art. 133 da Lei 6.404/76.** São Paulo/SP, 29/03/2023. Sergio Luis Chiquetto - Diretor. (18, 19, 20)

Serra Branca Imobiliária e Agropecuária Ltda.

CNPJ/MF nº 03.180.443/0001-08 - NIRE 35.214.911.372

Edital de Convocação
Ficam os sócios da Serra Branca Imobiliária e Agropecuária Ltda. ("Sociedade") convocados a comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 10 horas, e em segunda convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 11 horas, de forma presencial na sede da Sociedade, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, 111, sala Regus, Lapa de Baixo, CEP 05069-010, para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: a) proposta de aumento de capital social da Sociedade, cujos recursos serão utilizados para exploração de atividade agrícola de áreas de propriedade da Sociedade em consonância com o seu objeto social e observado o plano de negócios elaborado pela administração. Os documentos necessários para a tomada de decisão estão disponíveis para consulta na sede social da Sociedade. São Paulo, 18 de abril de 2023. **Bravo - Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Raffaella Naccarella Bernini - administradora

Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

COMPANHIA FECHADA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 9 de maio de 2023, às 10h00min, em 1ª Convocação, em São Paulo, na Avenida Paulista nº 2604, Bairro Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-200, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2022; (II) Reversão automática e demais dados de acesso à assembleia eletrônica em 31/12/2022, em especial a distribuição de dividendos; (III) Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; (IV) Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; (V) Pagamento de gratificação aos membros da Diretoria; (VI) Reversão automática, em benefício da Companhia, dos dividendos não reclamados por acionista em prazo superior a 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas; e (g) Outros assuntos de interesse da Companhia. Para participarem da Assembleia, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar documento de identificação e, se for o caso, procuração com poderes para participar da Assembleia. São Paulo, 19, 20 e 21 de abril de 2023. **Fernando José Garcia** (Diretor-Secretário) e **Dani Gilkman** (Diretor-Superintendente)

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF nº 52.311.347/0001-59 - NIRE 3530002825-2

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL CONVOCACAO
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia 28/04/2023, às 9h00, em sua sede localizada Avenida Baldan, nº 1500 - Nova Matão/SP, na modalidade presencial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede Ordinária:** a.) Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2022; b.) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2022, em especial a distribuição de dividendos; c.) eleição dos membros da administração. **Em Sede de Extraordinária:** a.) Aprovação do aumento do capital social mediante a utilização do saldo da reserva de subvênção para investimentos existente em 31/12/2022 no montante de R\$ 121.898.561,29; b.) Alteração do artigo 5º do Estatuto Social, elevando o capital social para R\$ 145.933.180,12 conforme nova redação: "Artigo 5º. O capital social totalmente integralizado é de R\$ 145.933.180,12, representado por 1.310.121.591 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e cada ação ordinária da direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral." c.) Alterar a redação do artigo 10º do Estatuto Social passando para 01 ano o prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme nova redação: "Artigo 10º. Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria serão eleitos para exercer mandato de 1 ano, em ambos os casos sendo permitida a reeleição." d.) Alterar o artigo 18º do Estatuto Social para adequar o prazo do mandato da Diretoria ao artigo 10º, conforme nova redação: "Artigo 18º. A Diretoria Executiva será formada por um mínimo de 2 e um máximo de 7 membros, sendo: 01 Diretor Superintendente e 06 Diretores Adjuntos, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 1 ano, permitindo-se a reeleição." e.) Alterar o capítulo VI - Do Conselho Consultivo do Estatuto Social, para transformar o Conselho Consultivo em órgão de instalação facultativa e prazo de mandato de 01 ano, conforme nova redação do Artigo 36º e seus parágrafos: "Artigo 36º: A Companhia, por solicitação de qualquer membro do Conselho de Administração, poderá instalar um Conselho Consultivo, de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 02 e até 05 membros, residentes no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração, e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição." f.) Solicitação de instalação do Conselho Consultivo deverá ser formulada em escrito assinado pelo maior número de acionistas que ocorrer após a assembleia geral ordinária, e dependerá de aprovação por maioria simples, e, quando em funcionamento, os membros efetivos do Conselho Consultivo perceberão honorários mensais, fixados pelo Conselho de Administração. §2º O Conselho Consultivo, quando em funcionamento, reunir-se-á trimestralmente ou sempre que convocado por um de seus membros ou convocado por no mínimo 3 dos membros do Conselho de Administração e lavrarão suas atas no livro de registro de atas próprio. §3º Os membros do Conselho Consultivo serão considerados empossados nos seus cargos na data de sua eleição, quando assinarem o termo de posse no livro de registro de atas próprio. §4º As sugestões elaboradas pelo Conselho Consultivo serão tomadas por votação da maioria simples, sendo computado um voto para cada Conselheiro, sendo o exercício do cargo pessoal e intransferível, não podendo ser outorgada procuração para terceiros. §5º O Conselho Consultivo terá a mesma competência e poderes que o Conselho de Administração, sendo a competência exercida particularmente quanto às diretrizes da política geral a ser adotada pela Companhia, cabendo ao Conselho de Administração acatar ou rejeitar as sugestões feitas pelo Conselho Consultivo. §6º O Conselho Consultivo elegerá por maioria simples, dentre os seus membros, 01 Presidente e 01 Vice-Presidente, sendo os demais designados simplesmente Conselheiros. f) Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022; g) Referendar o pagamento de bônus de performance ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022 conforme apurado em demonstrativo de metas e desempenho; h) Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; i) Ratificação da contratação dos auditores independentes; j) Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; Matão/SP, 19/04/2023. **Walter Baldan Filho** - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20, 21)

Edital de Leilões Eletrônicos

Artigos 881 e seguintes da Lei 13.105/2015 (CPC/2015)

08ª Vara e Ofício Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo. Edital de Leilões Eletrônicos de Bem Imóvel e para Intimação dos executados Rolando Silveira (CPF 807.125.418-53; RG 3.030.766 SSP/SP) e Virginia Maria Teixeira Calvar Silveira (RG 8.044.245 SSP/SP), da Prefeitura Municipal de São Paulo (CNPJ 46.395.000/0001-39), além de eventuais ocupantes desconhecidos, e, por fim, do exequente Condomínio Edifício Manoel de Abreu (CNPJ 62.266.051/0001-17), nas pessoas de seus representantes legais, expedido nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 1072233-13.2016.8.26.0100 do 08ª Vara Cível do 1º Foro Central da Comarca de São Paulo, na forma da lei etc., faz saber que por meio do sistema gestor de leilões eletrônicos Casa Reis Leilões, de titularidade do leiloeiro oficial Eduardo dos Reis (CNPJ nº 748), lavrará àsostas públicas o Bem ao final descrito. Os leilões judiciais estão em www.casareisleiloesonline.com.br. O 1º. (Primeiro) Leilão terá início dia 24 (vinte e quatro) de Abril de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 2º. (Segundo) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais der, reletados lances inferiores ao equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação atualizada. O 3º. (Terceiro) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 4º. (Quarto) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais der, reletados lances inferiores ao equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação atualizada. O 5º. (Quinto) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 6º. (Sexto) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais der, reletados lances inferiores ao equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação atualizada. O 7º. (Sétimo) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 8º. (Oitavo) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais der, reletados lances inferiores ao equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação atualizada. O 9º. (Nono) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 10º. (Décimo) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 11º. (Undécimo) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 12º. (Doze) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 13º. (Treze) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 14º. (Catorze) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 15º. (Quinze) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 16º. (Dezesseis) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 17º. (Dezessete) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 18º. (Dezoito) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 19º. (Dezanove) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:00:00 horas, oportunidade em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 20º. (Vinte) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:01:00 horas e término dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas, ocasião em que o Bem será entregue a quem mais dar acima do valor da avaliação atualizada. O 21º. (Vinte e Um) Leilão, caso não haja licitantes em primeira apreçoação, terá início dia 17 (dezessete) de Maio de 2023, 11:00:00 horas e término dia 26 (vinte e seis) de Abril de 2023, 11:

Novo arcabouço fiscal é entregue ao Congresso com ajustes

Universidades federais terão recomposição do orçamento, diz ministro

O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou na terça-feira (18), em Brasília, que o governo federal vai recompor o orçamento das universidades e institutos federais de ensino, que sofreram sucessivas reduções nos últimos anos. O anúncio será feito em reunião de reitores com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcada para esta quarta-feira (19), no Palácio do Planalto.

“Nós sabemos o quanto as universidades e institutos foram sucateados nos últimos anos. O compromisso do presidente amanhã é anunciar a recomposição orçamentária, dialogado com reitores e reitorias”, disse Santana no evento Educação Já, promovido anualmente pela organização Todos Pela Educação. O ministro não quis adiantar valores que, segundo ele, serão anunciados pelo próprio presidente.

“É o segundo encontro com reitores que o presidente faz no Planalto. É um simbolismo para mostrar reconhecimento ao papel que nossas universidades e institutos federais fazem para jovens no país inteiro”, acrescentou.

Além da recomposição orçamentária, que foi viabilizada por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição aprovada no fim do ano passado, o governo deve anunciar a retomada de obras paralisadas nas universidades e institutos, informou Camilo Santana.

O evento do Todos pela Educação reuniu ministros do governo federal para discutir os desafios do setor no país. Segundo a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, não haverá bloqueios na área de educação este ano.

“Vamos executar 100% do orçamento, não vai ter corte

para a educação. Tudo o que o Camilo precisar, ele, recurso, vai ter liberado automaticamente”, assegurou.

Camilo Santana também destacou a disponibilização de R\$ 200 milhões, por meio do Programa de Ações Articuladas (PAR) do Ministério da Educação (MEC), para a implantação de núcleos de atendimento psicossocial para crianças e adolescentes nas escolas do ensino básico em todo o país. A medida faz parte das ações de enfrentamento à crise de violência escolar vivida pelo país, com casos de atentado e ameaças de ataques disseminados nas redes sociais.

Pela manhã, o presidente Lula promoveu uma reunião com os chefes dos poderes Judiciário e Legislativo, ministros de Estado, governadores, entidades representativas de prefeitos e parlamentares para discutir políticas de prevenção e enfrentamento à violência nas escolas. A ideia é criar estratégias de promoção da paz nas instituições educacionais e de combate aos discursos de ódio e ao extremismo.

Um dos anúncios foi a antecipação de R\$ 3 bilhões do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para serem usados em ações que assegurem segurança nas escolas. Os recursos do PDDE normalmente são destinados à aquisição de material pedagógico. Para modificar suas possibilidades de uso, o MEC deverá editar uma portaria.

“A resolução vai deixar claro que aquele recurso parado no município ou estado pode ser usado naquela escola para formação, equipamento ou infraestrutura para a questão de segurança”, explicou. (Agência Brasil)

Quase três semanas após ser apresentado, o novo arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos foi entregue na terça-feira (18) ao Congresso Nacional. A entrega ocorreu em evento fechado no Palácio do Planalto, com participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do ministro da Fazenda, Fernando Haddad; e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

O projeto de lei complementar terá ajustes, que esclarecem pontos não divulgados no fim de março. A principal mudança diz respeito às arrecadações extraordinárias, que não serão consideradas no cálculo do limite de crescimento real (acima da inflação) de 70% das receitas, limitado a um intervalo entre 0,6% e 2,5% acima da inflação.

A equipe econômica decidiu incluir a medida para evitar que receitas atípicas não corram o risco de se tornarem gastos permanentes. As receitas a serem excluídas do cálculo são as seguintes: privatizações, concessões, permissões, royalties (exploração de recursos naturais) e dividendos das estatais.

Outra mudança diz respeito aos tipos de gastos que podem ficar de fora da nova regra fiscal. Inicialmente, o governo tinha anunciado a intenção de extrair do arcabouço apenas o piso da enfermagem e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Agora, também ficarão fora do limite de crescimento de

gastos os acordos de precatórios (dívidas com sentença definitiva da Justiça) a serem pagos com desconto, os gastos relativos às eleições e os aumentos de capital da União a empresas estatais não financeiras e não dependentes do Tesouro Nacional.

O teto atual de gastos prevê a exclusão das estatais não dependentes do Tesouro e dos gastos eleitorais dos limites de despesas e dos gastos da Justiça Eleitoral. O projeto de lei complementar, no entanto, manterá dentro da regra fiscal os aportes a bancos oficiais. A mudança tem como objetivo reduzir o espaço para megacapitalizações em bancos públicos, como foi feito entre 2009 e 2015 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Gastos com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeados com recursos de doações, bem como despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais também ficarão fora do marco fiscal, de acordo com integrantes do governo.

A mudança permite que o Fundo Amazônia fique fora do novo arcabouço. Despesas das instituições federais de ensino custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios também ficarão fora da norma. Os gastos ambientais e de doações a universidades federais já estavam fora do teto de gastos

desde a Emenda Constitucional da Transição.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo incluiu uma trava. De 2025 a 2028, caso o governo economize mais que a banda superior da meta de superávit primário estabelecida pelo arcabouço, até R\$ 25 bilhões poderão ser remanejados a investimentos. A proposta original apresentada no fim de março previa que toda a sobra poderia ser destinada a investimentos.

A mudança tem como objetivo, segundo o Ministério da Fazenda, acelerar a redução da dívida pública em momentos de elevado crescimento da economia. Esse valor de R\$ 25 bilhões será corrigido ano a ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O piso de R\$ 75 bilhões para investimentos, também corrigido anualmente pelo IPCA, está mantido.

Em relação à proposta original, também houve mudança no período do índice de inflação que corrigirá o crescimento das despesas. Foi mantido o sistema vigente no atual teto de gastos, que considera o IPCA apurado de janeiro a junho e uma estimativa de julho a dezembro. Isso dará ao governo atual uma pequena vantagem em 2024, caso o IPCA caia até meados de 2023 e volte a subir antes do fim do ano.

Em relação ao crescimento das receitas, no entanto, o novo arcabouço considerará a inflação

entre julho de dois anos antes e junho do ano anterior. Essa é a mesma regra que vigorou até 2021 no teto de gastos, que limitava o crescimento do gasto federal à inflação. O intervalo foi alterado com a Emenda Constitucional dos Precatórios.

O novo arcabouço fiscal limitará o crescimento real (acima da inflação) das despesas a 70% do crescimento real das receitas líquidas (descontadas as transferências para estados e municípios) no acumulado em 12 meses.

Outra mudança no arcabouço diz respeito à inclusão dos parâmetros da nova regra fiscal em projeto de lei complementar, que necessita de aprovação por maioria absoluta no Congresso. Originalmente, a proposta era enviar as novas regras por projeto de lei complementar e os parâmetros por projeto de lei ordinária, que requer maioria simples no Congresso (metade mais um dos parlamentares presentes).

Para os próximos quatro anos, no entanto, os parâmetros também serão enviados por meio de projeto de lei complementar. A equipe econômica deu a possibilidade de que o próximo governo estabeleça os parâmetros por projeto de lei simples. Segundo o Ministério da Fazenda, a mudança teve como objetivo demonstrar maior rigor com o cumprimento do novo arcabouço e dificultar mudanças pelo Congresso. (Agência Brasil)

Famílias e redes têm responsabilidade de manter escolas seguras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, na terça-feira (18), que há uma predominância na pregação da violência no ambiente da internet, e que a sociedade e as famílias devem assumir a responsabilidade pelo processo educacional das crianças e adolescentes. Para ele, as plataformas digitais devem ser responsabilizadas pelo conteúdo que ajudam a disseminar.

“Não é possível que eu possa pregar o ódio na rede digital, que possa ficar fazendo propaganda de arma, ensinando criança a atirar, é isso que vemos todo santo dia. A verdade é que uma criança de 6 anos, 9 anos, ela repercute na escola o que ela ouve dentro de casa”, disse, destacando que o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que a comunidade tem que assumir responsabilidade pelo que acontece nas escolas.

Para Lula, há uma mudança de padrão de comportamento na sociedade e não é possível permitir que o ódio prevaleça. “Quando a criança de 8 anos acha que arma é solução, ela viu na Bíblia? Não. No livro escolar? Não. Ela ouviu do pai ou da mãe dentro de casa e é por isso que precisamos ter em conta que sem a participação dos pais a gente não recupera um processo educacional correto nas escolas”, argumentou.

Lula comandou, no Palácio do Planalto, uma reunião com os chefes dos poderes Judiciário e Legislativo, ministros de Estado, governadores, entidades representativas de prefeitos e parlamentares para discutirem políticas de prevenção e enfrentamento à violência nas escolas. A ideia é criar estratégias de promoção da paz nas instituições educacionais e de combate aos discursos de ódio e ao extremismo.

O governo federal também anunciou um programa de fomento para implementação de ações integradas de proteção ao ambiente escolar. As medidas somam R\$ 3,115 bilhões para infraestrutura, equipamentos,

formação e, principalmente, apoio e implantação de núcleos psicossociais nas escolas.

Para o presidente Lula, elevar muros e instalar detectores de metais não é a solução. “Não vamos transformar as escolas em prisão de segurança máxima, que não é a solução. Nem tem dinheiro para isso e nem é politicamente correto, humanamente e socialmente correto”, disse.

O ministro da Educação, Camilo Santana, também propôs que estados e municípios criem comitês de discussão com as comunidades locais sobre a proteção ao ambiente escolar. “Esse é o momento de unirmos a todos, independente de questões políticas, partidárias ou ideológicas, o que está em jogo é a vida de crianças e jovens nesse país”, disse.

Desde o início do mês, o governo vem adotando medidas emergenciais após os recentes ataques a escolas. Em um deles, quatro crianças foram mortas em uma creche de Blumenau (SC).

O presidente Lula destacou que a periferia do país é tomada de violência todos os dias, mas o fato novo é que “invadiram” o lugar de segurança, que são as escolas. “Toda mãe quando leva o filho para escola ou creche, ela tem certeza que o filho está seguro. E isso ruiu”, disse.

De acordo com o ministro da Educação, Camilo Santana, as ações de fomento anunciadas hoje envolvem a antecipação de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). As duas parcelas de 2023, previstas para abril e setembro, serão pagas até o fim de abril, com ampliação em R\$ 100 milhões. O total será de R\$ 1,097 bilhão.

Os recursos poderão ser investidos em infraestrutura para melhoria da proteção das escolas, de acordo com resolução a ser editada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Além desses, há verbas do PDDE de anos anteriores empossadas nas contas dos municípios. A resolução do FNDE

deve garantir que elas possam ser utilizadas sem burocracias para esses investimentos em equipamentos e formação para segurança do ambiente escolar. Com a medida, mais R\$ 1,818 bilhão serão liberados.

Por fim, mais R\$ 200 milhões serão repassados pelo Ministério da Educação, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), para o fortalecimento, apoio e implantação de núcleos psicossociais nas escolas, a partir da apresentação de propostas pelos municípios e estados. O objetivo, segundo Santana, é que as escolas tenham psicólogos e assistentes sociais para abordar o tema da saúde mental no ambiente educacional.

O Ministério da Saúde também promete disponibilizar R\$ 90 milhões para o Programa Saúde na Escola, focado na questão da saúde mental.

Entre os anúncios já realizados pelo governo federal estão a ampliação do trabalho de inteligência da Polícia Federal (PF) no combate a crimes de ódio, inclusive na internet, a liberação de R\$ 150 milhões para o apoio às rondas escolares ou similares e a edição de uma portaria ministerial, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para responsabilizar as plataformas digitais pela veiculação de conteúdos com apelo à violência nas escolas.

A pasta da Justiça também criou o canal de denúncias Escola Segura em parceria com SaferNet Brasil. As informações enviadas ao canal serão mantidas sob sigilo e não há identificação do denunciante. Segundo o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, mais de 7,4 mil denúncias foram recebidas pelo canal.

O presidente Lula também instituiu um grupo de trabalho interministerial, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), para propor políticas de prevenção e enfrentamento à violência nas escolas. O grupo inclui oito ministérios e tem 90 dias para

entregar os resultados do trabalho e propostas de ações preventivas. Segundo o ministro Camilo Santana, mais de 50 proposições estão na mesa, após diálogo com especialistas.

O MEC também elaborou recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar. A cartilha será disponibilizada online para todos gestores escolares. Na próxima segunda-feira (18), a pasta também oferecerá formação para a comunidade escolar em relação a como implementar essas ações nas escolas. A formação será por meio da Avamec, a plataforma virtual de aprendizagem do MEC.

Ainda, a pasta lançará edital para formação continuada de professores, voltada a proteção do ambiente escolar. Nesse caso, as iniciativas serão desenvolvidas pelas universidades.

Também foi estabelecida uma parceria com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para implementação de ações de justiça restaurativa no ambiente escolar. A ideia, segundo Camilo Santana, é mediar conflitos e violências, criando um território de boa convivência e cultura de paz.

Durante seu discurso, Lula afirmou que é preciso, ainda, educar a sociedade sobre a disseminação de notícias falsas na internet. “Ou nós temos coragem de discutir a diferença entre liberdade de expressão e cretinice ou não vamos chegar muito à frente”, afirmou.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, também esteve presente na reunião, e disse que as regras do mundo real devem prevalecer também nas redes sociais.

Ele fez propostas que poderiam ser incorporadas à legislação brasileira para minimizar o poder das plataformas digitais na disseminação de crimes e discursos de ódios.

Lula concordou com a afirmação de Moraes e afirmou que a solução para a violência passa pelo diálogo institucional. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Policciamento e Barbárie

Por Nicholas Maciel Merlone

A professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, em 27 de março de 2023, foi esfaqueada e morta numa escola em São Paulo. Também há o caso das crianças de uma creche mortas com machadadas em Blumenau (SC), em 05 de abril do ano corrente. Em 10 de abril, um adolescente feriu uma professora e dois outros alunos em uma escola de Manaus; Em 11 de abril, um estudante de 13 anos entrou com faca numa escola em Goiás e feriu três alunos. Finalmente, um aluno do 9º ano fere colegas em escola no interior do Ceará, em 12 de abril. Todos esses são graves casos de violência, que nos remete à questão da segurança pública e do policiamento.

Podemos fazer um paralelo da nossa última coluna (Saúde e Barbárie) com os policiais. Corrupção na polícia. Existem policiais corruptos? Existem. Existem policiais violentos? Existem. Porém, o policial honesto acaba sofrendo um assédio da sociedade, por conta de problemas estruturais que não são culpa dele.

Ele faz o trabalho corretamente, tem família, tem princípios, só que, assim como a saúde, é um sistema deficitário. Então, o policial está ali na linha de frente, combatendo o crime.

Mas a sociedade não perdoa e critica severamente a sua atuação. Ganham pouco e fazem bicos de segurança, para não infringir a lei. Eles dão o peito à bala por você, mas a sociedade não reconhece o seu valor.

Se a população está insatisfeita com a segurança pública, ela não tem de reclamar com o policial. Ela tem de reclamar com o alto escalão da polícia, com o secretário de segurança, com o prefeito, autoridades que são responsáveis por isso.

Uma boa notícia pelo menos. O aplicativo 190 da Polícia Militar tem uma nova funcionalidade para facilitar o atendimento em escolas. Neste momento, aquele que acessar o app encontrará um botão chamado “segurança escolar”, que tem como função denunciar uma ocorrência que esteja ocorrendo em uma escola. Assim, os alunos poderão acionar a PM dentro da sala de aula.

Como já disse antes e reitero de novo, é preciso cobrarmos as autoridades! Os representantes são eleitos por nós. O poder genuinamente é do povo. Daí a sua legitimidade para exigir medidas dos políticos!

Nicholas Maciel Merlone - Membro do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmerlone /
Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Lembre sempre de lavar as mãos